

Juventude e inclusão



Um quarto da população do Brasil tem entre 15 e 29 anos. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que os jovens nunca foram tão numerosos como hoje: cerca de 50,5 milhões. Com isso, essa população vem ganhando crescente visibilidade nos debates intelectuais e políticos, e na formulação de políticas públicas de Estado.

A um Estado democrático compete conduzir um projeto de desenvolvimento nacional. Dentro disso, cabe aos governos implementar políticas públicas efetivas, capazes de oferecer alternativas de presente e perspectivas de futuro - e propiciar cidadania plena aos jovens. Pergunta-se: o Estado preparou-se para receber adequadamente esse enorme contingente de jovens? A oferta de bens e serviços públicos hoje é suficiente para atender toda a demanda? O Ensino Médio está preparado para atender às novas necessidades do mundo moderno?

A situação é alarmante como comprovam os números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada em 2003. Eles indicaram que 20% dos jovens têm filhos; 11,7 milhões não têm condições para o sustento; 4,5 milhões não trabalham nem estudam; 1,3 milhão são analfabetos e apenas 3,6% dos jovens entre 20 a 24 anos chegaram à universidade. E quase a metade dos desempregados é jovem.

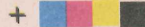
O investimento nos jovens é essencial para o desenvolvimento do Brasil. A começar pela educação. O governo Lula representou um avanço significativo nessa área. Cito o ProUni (meio milhão de jovens no ensino

superior); Reuni (duplicação das vagas nas universidades federais); Projovem; e ampliação das escolas técnicas federais. Só no Espírito Santo já são 10 unidades em funcionamento ou em implantação.

Outra política pública importante para a juventude é a "inclusão digital", geralmente percebida somente como forma de inserção no mercado de trabalho. É infinito o conhecimento que se desabrocha com o acesso à internet e aos meios de comunicação. É preciso também oferecer oportunidades de produzir e receber informação de maneira crítica, o que ajuda a ver futuros possíveis. A inclusão digital é uma tarefa de políticas públicas. Posso afirmar, sem medo de errar, que no mundo contemporâneo o acesso à internet virou um direito essencial da pessoa humana. É preciso popularizar o uso da internet tanto quanto o uso do celular, pois, segundo a Unesco (2004), 77% dos jovens das classes D e E não sabem usar computador enquanto na classe A, essa taxa cai para 12,5%. Para isso, defendo a instituição de um Plano Nacional de Banda Larga.

É fundamental implementar políticas públicas específicas, integradoras e eficientes para juventude e com a juventude. Uma boa oportunidade para esse pensar junto será o I Festival da Juventude, que ocorre entre os dias 3 e 6 de junho em Fortaleza, por iniciativa da prefeitura de lá. Se a juventude é submetida ao controle de direitos e normas de conduta, deve também ser ouvida quando sua realidade está na pauta. Antes que seja tarde demais.

João Batista (Babá) Gagno Intra é
vereador do PT em Vila Velha



1508367

Messa